
AUTORIDADE MÉDICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO GRÃO-PARÁ FLAGELADO PELO CÓLERA: SÉCULO XIX

Jane Felipe Beltrão

Universidade Federal do Pará – Brasil

Resumo: *O incremento da epidemia do cólera, em 1855, no Grão-Pará, desencadeou acirrada polêmica entre os doutores da Província em torno de instruções e tratamentos a serem observados pelos enfermos. Em meio à contenda acadêmica surgiram, através da imprensa, instruções e guias médicos que auxiliaram sobremaneira no combate à epidemia. Os documentos divulgados revelam a capacidade pedagógica e persuasiva dos profissionais de saúde. No Grão-Pará, as vozes eram ouvidas através do Treze de Maio e do Diário do Gram-Pará. Já no Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, os contendores utilizavam as páginas do Jornal do Commercio e do Diário do Rio de Janeiro. O trabalho apresenta a trama da divulgação científica apoiada na autoridade médica dos profissionais que atuavam no Grão-Pará flagelado pelo cólera.*

Palavras-chave: *autoridade médica, cólera no Grão-Pará, comunicação de ciência, política de saúde, políticas públicas.*

Abstract: *The increment of the Cholera epidemic in 1855 in Grão-Pará started a strong debate among the doctors of the Province regarding the conduct and treatment for the sick. Besides the academic discussion, therapeutical information was largely published in the local press. The documents appearing in the newspapers reveal a pedagogical and persuasive nature. In the Grão-Pará, voices of such nature were heard in the Treze de Maio and in the Diário do Gram Pará. in Rio, the capital of the Empire at the time, the debate took place in the pages of Jornal do Commercio and the Diário do Rio de Janeiro. The paper presents the efforts of science writing based on medical authority of the professionals at work during the Cholera epidemis in Grão-Pará.*

Keywords: *cholera in Grão-Pará, health policy, medical authority, public policy, science communication.*

As autoridades sanitárias tentaram fechar as portas do Grão-Pará após o assalto do cólera em 1855, mas era tarde.

É verdade que, desde o aparecimento da febre amarela, em 1850, os jornais da Província divulgavam, sistematicamente, informações sobre o cólera que, segundo diziam:

Consta existir o cholera-morbus n'alguns paizes da Europa, e porisso o Governo Imperial se prepara para resguardar desse flagello a província de Pernambuco, em cujo o porto primeiramente toçao os vapores da nova companhia inglesa¹.

As notícias do *Publicador Paraense* divulgavam que a Junta Central de Saúde Pública estava empenhada em impedir a entrada da moléstia através do porto de Recife. Prosseguindo, alerta a Câmara Municipal para a necessidade de

[...] voltar toda a atenção sobre a limpeza das ruas, de certos chões abertos e lugares da praia – onde a protervia e a ignorancia d'alguns moradores lanção o lixo de suas cazas e animais mortos, que por sua quantidade e corrupção, mormente no começo da internada, exhalão vapores damnosos contra a nossa saúde, ainda mal-convalescente. Também não julgamos despropositado o deprecar á mesma Camara para que se fação exames nos poços da agua potavel, e repetidos varejos de açouges, armazens, e nas tabernas, onde pela mór parte das vezes o *descuido* conchavado com o *sordido interesse* conservão e escondem seus generos derrancados das vistas dos Fiscaes para venderem a 18 mil almas da capital, que de dia e de noite penão *á mercê desses* implacaveis purgatorios!²

As autoridades provinciais, contudo, faziam ouvidos moucos aos apelos, ou então, não acreditavam na possibilidade do cólera chegar à capital paraense.

Na tentativa de estancar o pânico que tais notícias poderiam produzir, veicularam-se informações detalhadas sobre a enfermidade que, algumas

¹ *Publicador Paraense* (doravante PP), p. 3. As transcrições são fiéis à documentação e conservam a grafia da época. As exceções ao procedimento ocorrem quando a autora introduz algum destaque.

² Idem.

vezes, atemorizavam mais do que tranquilizavam as pessoas ameaçadas. Informações mais precisas, no entanto, só começaram a ser divulgadas após a chegada da *Deffensor*³ e a ocorrência dos 67 casos iniciais de cólera em Belém (Beltrão, 1999, p. 60).

A avassaladora presença do cólera lançou os profissionais de saúde ao espaço público conquistado nos diversos jornais. Evidentemente, as questões, ao se tornarem públicas, passam a interessar as pessoas ameaçadas pelo cólera. É possível encontrar nos periódicos tanto tratados médicos, como cartas de louvores e agradecimentos. Todos parecem ter uma indicação a fazer, uma opinião a dar, um tratamento a indicar. Os jornais se assemelham a manuais de procedimentos em saúde. A epidemia reina soberana nas páginas desses periódicos, informando e *aterrando* os leitores.

No Grão-Pará, as vozes eram ouvidas através do *Treze de Maio* e do *Diario do Gram-Pará*⁴. Já no Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, os contendores utilizavam as páginas do *Jornal do Commercio* e do *Diario do Rio de Janeiro*, dentre outros.

Informando ou atemorizando?

O cólera encontrou a classe médica do Pará aparelhada de conhecimentos recentes da ciência, sobre os meios terapêuticos mais em voga então; sem um agente específico contra a moléstia, fez-se o que era possível fazer: a medicação foi, e nem podia deixar de ser, exclusivamente sintomatológica. (Vianna, 1975, p. 140).

Silva Castro, preocupado com o aparecimento dos primeiros casos de cólera, solicitou ao *Treze de Maio*, em 4 de junho, a publicação de um

³ Embarcação portuguesa oriunda do Porto, Portugal que, ao chegar ao porto do Pará, foi apontada como responsável pela introdução do cólera na Província.

⁴ Alguns ecos da polêmica travada a partir do *Diario do Gram-Pará* puderam ser acompanhados via *Treze de Maio*, pois os atingidos tiveram, algumas vezes, suas respostas neste periódico. Outra fonte de consulta é a obra de Silva Castro, onde há referências ao *Diario do Gram-Pará* e reprodução de algumas das respostas dadas pelos seus opositores. Infelizmente, não foi possível acompanhar a polêmica diretamente no *Diario do Gram-Pará*, posto que a coleção do jornal, para o período estudado, embora conste em catálogo, não foi localizada nem na Biblioteca Arthur Vianna (doravante AV), nem na Biblioteca Grêmio Literário Recreativo Português (doravante GLRP), tampouco na Biblioteca Nacional (doravante BN). Os poucos exemplares consultados constituem documentação anexa à correspondência consular, oriunda do Pará, depositada no Arquivo Histórico Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante AHD/MNE), em Portugal.

artigo saído na Santé Universelle e traduzido pelo Dr. Joaquim d'Aquino da Fonseca. O artigo, bastante extenso, ocupava sete das oito páginas do periódico. Nele a moléstia era apresentada sintoma por sintoma, e cada sintoma descrito correspondia à prescrição de um ou vários medicamentos específicos. Chegaram a ser indicados 30 alternativas diferentes de tratamento, empregados a partir de diversas combinações de remédios. Os medicamentos mais eficazes e mais utilizados em outros eventos, segundo o autor do artigo, tiveram suas fórmulas transcritas no final. Esse foi o caso da *Poção anti-vomitiva*, do *Linimento hungaro*, da *Poção etherea laudanizada* ou *Medicamento indio* e da *Mistura de Strogonof*⁵.

O artigo, ao indicar os medicamentos, o faz de forma seletiva. Diz o articulista:

Indiquemos agora, *principalmente para os pobres*, um meio muitíssimo gabado na Allemanha contra os primeiros accidentes cholericos: o *alcool camphorado* ou *espírito camphorado*. O alcool camphorado toma agora o nome de *espírito de camphora* nas reclamações e anuncios dos Jornaes politicos, o que dá-lhe a apparencia de remedio novo, pelo que certas lojas esperam attrahir os fregueses.⁶

E prossegue exemplificando: “Diversos fidalgos na Austria tem dado, na ultima epidemia, uma certa quantidade de alcool camphorado *aos seus camponeses* como preservativo do cholera, e por este modo preveniram muitos ataques desta molestia.”⁷

O autor admite que o *alcool camphorado* seria o *elixir dos pobres*. Analisando a documentação e a cautela do autor, pode-se dizer que seus seletivos conselhos tentavam minimizar os efeitos da epidemia entre os pobres, fato corroborado, primeiramente, pelo alto custo do tratamento, dada a infinidade de medicamentos utilizados. Além da suscetibilidade dos pobres ao cólera em função das suas condições de vida, dificilmente eles poderiam observar as regras de higiene desejáveis ou mesmo alimentar-se de forma saudável.

⁵ *Treze de Maio* (doravante TM), n. 497 e 498, p. 1-7.

⁶ Idem, p. 3. Grifo nosso.

⁷ Cf. TM, n. 497 e 498, p. 3. Grifo nosso.

Quem eram os pobres do Grão-Pará? Eram pessoas etnicamente diversas, que enfrentavam no dia-a-dia situações marcadas pela desigualdade social. Percorrendo cuidadosamente as listas de pessoas afetadas ou mortas pelo cólera, confirmaram-se as informações e as observações que, vez por outra, aparecem nos documentos coevos. Os mestiços, quando livres, possuíam, se muito, um casebre com paredes emboçadas e coberto de folhas de palmeiras, localizado nas estradas que conduziam aos arredores suburbanos da cidade. Seus casebres eram escuros e pouco arejados. Próximo aos casebres, encontravam-se galinheiros e pocilgas que estavam sempre na mira da fiscalização, devido à insalubridade e aos supostos miasmas emanados dos charcos⁸.

Os escravos moravam junto aos seus senhores, e assim encontravam-se em todos os cantos da cidade, da rua dos Mercadores ao Engenho do Murutucu⁹. Mas nem por isso os locais eram menos insalubres. Na documentação da Comissão de Higiene Pública da Província, é freqüente encontrar observações sobre as habitações dos escravos, bem como explícitas recomendações aos senhores para evitar deixá-los em locais fétidos e pouco arejados, posto que só favorecia a intemperança daqueles, e colocava em perigo os demais habitantes da cidade. No *Treze de Maio*, há registros referentes ao *mau passadio* de escravos, pois seus dias eram extenuantes e não tinham direito a repouso por causa dos serões e das instalações da moradia. Freqüentemente, as roupas dos escravos eram sujas e não os agasalhavam completamente. A dieta oferecida pelos senhores era composta por alimentos pouco nutritivos e de má qualidade, daí adoecerem seguidamente¹⁰.

O articulista, que usava o *Treze de Maio* como veículo para divulgação das instruções do Santé Universelle, decerto comungava das idéias divulgadas pelo periódico, que apresentava as pessoas como insanas e imprevidentes, abusando inconsideravelmente dos alimentos e das bebidas, especialmente as *classes ínfimas*, os *libertos* e os *tapuios*. Silva Castro se expressava discriminatoriamente ao recomendar medicação preventiva con-

⁸ Informações esparsas recolhidas no TM e nos relatórios dos presidentes da Província.

⁹ A Rua dos Mercadores localizava-se no centro comercial da capital, e o Engenho do Murutucu, nos arredores da cidade.

¹⁰ Para uma descrição das pessoas no Grão-Pará, consultar Beltrão (1997). Sobre as identidades das vítimas do cólera, ver Beltrão (1999, p. 163-234).

tra o cólera. O fato revela, também, um certo elitismo dos médicos que acabam explicando a epidemia pela incapacidade da população em entender ou praticar as regras básicas de higiene¹¹.

Os médicos da Província pareciam sintonizados com seus companheiros europeus, pois em tempo de epidemia tornava-se necessário morigerar os pobres, que ameaçavam a ordem estabelecida. Quanto aos remédios específicos para pobres, diziam respeito à urgência em implementar medidas profiláticas de amplo espectro. O álcool sempre foi considerado um poderoso desinfetante, daí as recomendações. Frequentemente, o cólera produzia tensões entre ricos e pobres, durante os diversos eventos epidêmicos ocorridos no século XIX. Houve, assim, acusações contra as autoridades donas do poder. Parisienses e hamburgueses, durante as visitas do cólera, experimentaram o pânico e rebelaram-se contra seus governantes por acreditar que estavam sendo mortos por envenenamento. Qualquer forasteiro e/ou suspeito que se aproximasse de mananciais d'água e alimentos corria sério risco de ser apedrejado e morto, acusado de contaminar fontes e alimentos a mando das autoridades (Delaporte, 1986; Evans, 1987).

O articulista revelou prudência ao descrever os tratamentos, informando, minuciosamente, os riscos dos procedimentos. Admitia que,

O uso de sinapismos¹² exige uma vigilância, que as famílias nem sempre prestam suficientemente. Por vezes se esquecerem de tira-los; e então causam queimaduras tão graves, quanto ao que faria a água fervendo. Vi um doente curar-se de cholera, e perecer depois da queimadura causada por um sinapismo esquecido sobre o ventre.¹³

Na seqüência, o profissional¹⁴ propunha a substituição vantajosa dos sinapismos “pôr um pedaço de lã espessa em diversas dobras; embebidas em água quente e torcido”¹⁵. Durante a epidemia, a cautela parece ter sido esquecida, pois nem sempre os procedimentos foram tomados observando os devidos cuidados.

¹¹ Sobre o assunto, consultar Bertolli Filho (1992).

¹² Ou cataplasma, cujo efeito é análogo ao de uma queimadura, preparado de variadas formas, podendo ser aplicado sobre diversas partes do corpo para produzir rubefacção. Consultar Chernoviz (1878, p. 962-963. Verbetes *Sinapismo*).

¹³ TM, n. 497 e 498, p. 4.

¹⁴ O artigo publicado pelo TM não está assinado.

¹⁵ TM, n. 497 e 498, p. 4.

Ao decidir publicar o artigo da Santé Universalle, Silva Castro recebeu, segundo informa Vianna, “bem acres censuras, mesmo fora da província; acoimaram-no de aterrar a população sem necessidade. Felizmente prosseguiu ele, surdo às críticas incompetentes e nocivas” (1975, p. 140). As discussões no Pará ainda giravam em torno de determinar se a moléstia era ou não cólera, e, caso fosse, se seria epidêmica ou esporádica. A publicação significava uma tomada de posição, e Silva Castro era o presidente da Comissão de Higiene Pública; logo, aos olhos dos leitores e de seus pares, a manifestação possuía caráter oficial. Os membros da Comissão consideraram a atitude de Silva Castro prepotente. O ato repercutiu, ao longo do evento epidêmico, acirrando a polêmica entre os médicos da Província, particularmente, a disputa entre Silva Castro e Américo Santa Rosa, uma vez que o primeiro aconselhava o uso da sangria em coléricos, e o opositor rejeitava veementemente o recurso.

É interessante observar que, após cada publicação, os jornais faziam publicar cartas dos leitores, mas os autores destas não vestiam o balandrau¹⁶ para chamar amigos e parentes ao velório, como as instruções e os guias médicos tentavam fazer crer a quem não observasse os ditames dos documentos. Os arautos da população ousavam escrever e anunciar os feitos dos profissionais de saúde popular aos quatros cantos da Província, não se deixando intimidar pelas ameaças dos médicos que tentavam desqualificar o conhecimento não produzido academicamente.

Evidentemente, todos temiam os anúncios do *homem do balandrau azul*, personagem de destaque nas solenidades públicas da Santa Casa, que tocava uma enorme campã, de som profundo e forte, que, como um jornal vivo, noticiava falecimentos, sentenças e sessões da instituição, destacando-se do negro cortejo dos irmãos¹⁷. Aliás, o trabalho das irmandades foi redobrado durante a epidemia, tanto que em alguns momentos não mais se

¹⁶ Capa usada pelas irmandades em cerimônias religiosas. Para uma detalhada descrição da ação do *homem do balandrau azul*, consultar Vianna (1992, p. 237-270).

¹⁷ Para uma impecável descrição da movimentação das irmandades e de seus papéis no Pará do século XIX, consultar Vianna (1992, p. 238-239).

escutavam os dobres da campa, tal era a quantidade de vítimas a serem conduzidas ao campo santo.

Em geral, os escribas mais freqüentes eram os *donos de doente*, a quem a experiência e a lida com o cólera conferiam reconhecimento social suficiente para oferecer, através dos jornais, denúncias contra o descaso das autoridades, os desmandos dos inspetores de quarteirão, mas, sobretudo, apresentar indicações de bons profissionais de saúde e tratamentos bem-sucedidos. As cartas eram acompanhadas de detalhadas informações sobre os enfermos recuperados, os medicamentos utilizados e os profissionais de saúde, que auxiliavam, por vezes, vilas inteiras, demonstrando o desvelo e a dedicação requeridas em momentos aflitivos.

Nos jornais não há resposta das autoridades às denúncias. Os doutores da Província, por sua vez, pareciam tão ocupados com a polêmica acadêmica que, ou não leram, ou não deram ouvidos às argutas observações enviadas pelos leitores. O silêncio dos médicos não arrefecia o ânimo dos escribas e, vez por outra, os zelosos cidadãos recebiam, de outros leitores, aval ao conteúdo das cartas, mas podiam, também, ser contestados.

Apoiados ou não, os médicos davam prosseguimento à polêmica acadêmica, iniciada quando da opção pelos tratamentos mais adequados aos coléricos.

Duas palavras e muita perlanga

Silva Castro não se deixou abater pelas críticas sobre o fato de, ao divulgar informações sobre o cólera, estar fomentando o pânico. Usando de seus conhecimentos profissionais, em tempo recorde, solicitou a publicação, no *Treze de Maio*, de um Boletim Médico denominado *Duas palavras sobre a epidemia reinante*. O médico advogava a publicação de boletins e guias para informar o público sobre as fases da moléstia e os tratamentos bem-sucedidos. Dizia: “[...] consultei a semelhante respeito alguns dos meus collegas; e como encontrasse entre elles accôrdo, e apoio a favor desta bôa pratica, comecei por dar o exemplo, publicando o que tenho colhido na minha clinica na actual quadra epidemica do *Cholera morbus* [...]”¹⁸.

O Boletim iniciava com uma confissão:

¹⁸ TM, n. 501, p. 1-2.

Infelizmente fui iludido na minha enganadora confiança, e o mal tem depois disso tomado incremento passando no curto prazo de quinze dias de caça em caça, fazendo não poucas victimas, mostrando em muitas ocasiões a sua horrenda catadura, como se tivesse nas margens do Ganges donde há oriundo.¹⁹

E seguia com uma justificativa: “[...] pedia o bom senso, que fosse prudente na apreciação daquelles factos; que não revelasse, nem proferisse, se não com madureza, e muito conselho, o juizo aziágo, que sobre elles a experiencia, e a pratica me obrigavam a formar. E assim procedi”²⁰.

A confissão e a justificativa eram fortes, com nuances de cuidados, e cuidados oficiais, sobretudo porque estavam acompanhadas de um histórico da epidemia, que arrolava as vítimas e alertava sobre os grupos de risco em tempo de cólera. Silva Castro identifica:

A classe baixa da sociedade, particularmente os tapuios ou índios, os pretos, e os que participão do cruzamento destas duas especies do genero humano, são os que tem sido menos poupados, é nestas raças, especialmente na primeira em quem a mollestia maiores estragos tem produzido, manifestando-se com todos os symptomas bem pronunciados do *cholera asiatico*, e decidindo da vida fatalmente em poucas horas.²¹

Ao identificar quem estava suscetível, o médico demonstrava conhecimento sobre a constituição da população de Belém e da Província, conjugando a identificação das pessoas, ameaçadas pelo cólera, com condições de vida, e provocando os leitores a refletir sobre suas práticas²².

Uma outra característica do documento divulgado era a de se pautar nos cânones científicos vigentes. Analisando os boletins, guias, diretórios e instruções sobre cólera divulgados no Brasil e em Portugal²³, verifica-se o que os autores oferecem ao público. Primeiro, apresentam um panorama histórico do

¹⁹ Idem, p. 1.

²⁰ Idem, p. 1.

²¹ TM, n. 501, p. 2.

²² Para reforçar seus argumentos, Silva Castro apresentou no Boletim os números de atendimento feitos em sua clínica, segundo os preceitos aconselhados através do documento divulgado.

²³ Para compreender o esquema utilizado, consultar Portugal ([s.d.]); Portugal (1854); Portugal (1855).

combate à enfermidade, onde arrolam os mestres do tema e os tratados médicos mais conhecidos sobre o assunto. Em seguida, demonstram a utilização dos sistemas de tratamento em outros locais onde a enfermidade ocorreu, agregando os dados disponíveis sobre o tema. Por último, demonstram sua capacidade na arte de curar, ao relatar os tratamentos que realizaram segundo os princípios que apregoavam. Ao processarem o relato, identificam os enfermos e, algumas vezes, acrescentam ao documento cartas testemunhando o feito²⁴.

É preciso não esquecer que os cânones científicos padronizados, como hoje são conhecidos, ainda não estavam institucionalizados de forma clara. Mas os médicos emprestavam as normas à cultura vigente. Uma dessas normas era o testemunho de pessoas aos tratamentos bem-sucedidos. É possível que o crédito social fosse mais importante que o científico, até porque este último engatinhava.

Silva Castro não se descuidou das normas, talvez daí decorra a credibilidade do Boletim que, em pouco tempo, tornou-se o Guia Médico mais utilizado no Pará, como se verá a seguir. Todos os guias publicados durante o evento apresentam preocupação semelhante. A escolha de Silva Castro estava relacionada à utilização do Boletim, que foi reproduzido em grande quantidade pelo *Treze de Maio* e por pequenas tipografias da capital e do interior. O impresso foi espalhado na Província²⁵ para facilitar o atendimento dos doentes, pois:

A publicação pela imprensa deste pequeno artigo teve por fim acompanhar a *Sciencia*, e orientar o povo do interior da Província, por onde não ha Medicos, nem Cirurgiões, sobre o modo e meios de se curar de tão funesto mal, mórmente quando este flagello vai lavrando pelos rios acima desta vasta e desditoza Província²⁶.

Em algumas localidades onde não havia tipografias, o Boletim foi copiado à mão e distribuído às autoridades: membros das comissões de socorro, párocos, juízes, delegados e pessoas caridosas de forma que todos tivessem acesso ao esquema de tratamento do cólera. A penetração do Bo-

²⁴ Frequentemente, os testemunhos aparecem nas seções de cartas e de publicações a pedido nos periódicos citados.

²⁵ A Presidência da Província mandou reproduzir 800 exemplares do Boletim. TM, n. 502, p. 6.

²⁶ TM, n. 502, p. 6.

letim é atestada pelas cartas enviadas ao *Treze de Maio* dos mais diversos pontos da Província, boa parte delas louvando o desempenho do presidente da Comissão. Ratificada por carta enviada de Porto Salvo:

[...] vi-me como lá dizem, entre a cruz e a caldeirinha, pois não havia medicamento de prompto, fui paliando com remedios cazeiros, e *applicando com minha curiosidade* sangrias áquellas pessoas, que via mais atacadas; e assim as fui salvando da morte *ajudado pela Providencia Divina*. Mandeí vir da capital remedios, e ultimamente requisitei mais ao Presidente da Camara Municipal de Vigia, que não poz duvida em m'os mandar. Finalmente para não enfadar mais a V. Sa. Direi que de 246 pessoas, que tratei e dei remedios, *nenhuma falleceo*, entrando nesse numero 117 que sangrei, as quais de prompto convaslecerão, afóra mais algumas que o Inspector Manuel Antonio Barbosa sangrou, e *nenhuma morreo*. Tal foi o feliz resultado que tirei do receituário, que por V. Sa. foi feito intitulado – *O Boletim*, o qual segui a risca.²⁷

A carta indica que em Porto Salvo atuavam, pelos menos, dois profissionais de saúde popular durante a epidemia, os quais aplicavam sua curiosidade para curar e buscavam luzes no Boletim de Silva Castro. Alegava o autor da correspondência que não houve óbitos; portanto, a arte terapêutica popular também poderia ser cercada de êxito e, como os seus “doutores” não estavam ligados à academia, valiam-se da Providência Divina. Talvez, a Providência Divina fosse evocada para aplacar a perseguição da medicina oficial; ou então, era um recurso utilizado em época de crise para que os profissionais de saúde popular viessem a público relatar seus feitos.

É interessante observar que, apesar da polêmica, quando convinha à medicina oficial, esta evocava o testemunho e o êxito alcançado pelos profissionais de saúde popular, quando do manuseio e utilização das instruções da medicina oficial. Silva Castro, respondendo ao opositor Camillo Guimarães, diz que os usuários do Boletim:

[...] achárão nelle lenitivo a seus males, hum conselheiro, que os salvou da morte talvez inevitável. Senr. Dr., cada exemplar do meu

²⁷ Carta enviada por Antonio Pedroso de Mello ao Dr. Silva Castro, reproduzida no TM, n. 546, p. 4, grifos nossos.

Boletim, mandado imprimir por ordem do Governo, foi um Medico Castro²⁸, que assistiu ao infeliz doente atacado do Cholera na choupana do pobre, na casa do rico, na aldeia do indio, nas freguesias, nas villas, nas cidades derramadas por este vasto Amazonas, e que milhares de entes soube conservar a precioza vida, os quais bendizem a creatura, que os aliviou.²⁹

Uma hipótese é que, embalado pelo calor da polêmica, Silva Castro se via representado pelo profissional de saúde popular. O certo é que, ao falar dos feitos da arte de cura popular, chamava para si os louros da vitória e desarmava seus adversários. Talvez a retórica utilizada fosse unicamente uma estratégia para facilitar o uso do Boletim.

Além do Boletim, Silva Castro divulgou diariamente a marcha diária da epidemia. Vir a público, através do jornais, tornou o médico uma figura conhecida e reconhecida. Essa imagem foi esculpida através das *pregações*³⁰ contra o mal. Os doutores da Província formulavam suas observações científicas no mesmo tom dos párocos, na tentativa de conclamar adeptos ao combate da epidemia. Qualquer fato novo gerava motivo para produzir publicações. No caso, a correspondência de Silva Castro com Francisco de Paula Candido, presidente da Junta Central de Higiene, foi intensa, e todas as ocorrências foram minuciosamente relatadas e alcançaram as páginas do *Treze de Maio* e do *Jornal do Commercio*. Encontram-se, também, nos periódicos, a correspondência encaminhada por Silva Castro ao presidente da Província solicitando auxílio e providências necessárias para deter o flagelo. A correspondência oficial mantinha informadas as pessoas, conquistava adeptos ao combate do mal e, ao mesmo tempo, alimentava a polêmica.

²⁸ Observe-se que Silva Castro utilizou *Medico Castro* para referir-se aos profissionais de saúde popular que na época eram chamados *medicastro*s. Estes atuavam sem diploma legal.

²⁹ TM, n. 520, p. 6-7.

³⁰ As recomendações médicas tinham um tom pastoral, pois tentavam arrebanhar prosélitos para o combate ao cólera.

Referências

- BELTRÃO, Jane Felipe. Belém de outrora, em tempo de Cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores. In: ANAIS do Arquivo Público do Pará. Belém: Secult, 1997. v. 3, t. 1, p. 215-241.
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Tese (Doutorado)–Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Mimeografado.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. A gripe espanhola no município de São Paulo. In: BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Pesquisas em saúde*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 280-291.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das familias*. 5. ed. Pariz: Casa do Autor, 1878.
- DELAPORTE, François. *Disease and civilization: the cholera in Paris, 1832*. Massachusetts: The MIT Press, 1986.
- DIARIO DO GRAM-PARÁ. Belém, 1855.
- DIARIO DO RIO DE JANEIRO. 1855.
- EVANS, R. J. *Death in Hamburg: society and the cholera years, 1830-1910*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- PORTUGAL. *Instrucções para o tratamento que convém applicar aos individuos accomentidos de Cholera-morbus asiatica, enquanto não são convenientemente soccorridos por Facultativo*. Porto: Typ. Fonseca, [s.d.].
- PORTUGAL. *Instrucções populares contra a Cholera-morbus, mandadas publicar pelo Conselho de Saúde Pública do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.
- PORTUGAL. *Instrucções Hygienicas e medidas preventivas contra a Cholera*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1855.
- JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1855.
- PUBLICADOR PARAENSE. Belém, n. 200/212, 20 jan. 1853.
- SILVA CASTRO, Francisco. *Apontamentos para a historia do cholera-morbus no Pará em 1855: Família Castro*. Belém: Falângola, 1983.

TREZE DE MAIO. Belém, n. 497/498, 5 jun. 1855.

TREZE DE MAIO. Belém , n. 501, 14 jun. 1855.

TREZE DE MAIO. Belém , n. 502, 16 jun. 1855.

TREZE DE MAIO. Belém , n. 520, 26 jul. 1855.

TREZE DE MAIO. Belém , n. 546, 22 set. 1855.

VIANNA, Arthur. O Cólera-Mórbus. In: VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1975.

VIANNA, Arthur. *A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica 1650 – 1902*. Belém: Secult, 1992.